

EDITORIAL: QUE 2022 ENTERRE A AMEAÇA ANTIDEMOCRÁTICA

A edição de número 256 dos Cadernos do Ceas vem a público após a vitória eleitoral de uma ampla frente democrática que encerrará um ciclo sombrio de contrarreformas sociais e de ameaças ao estado de direito no Brasil. Assim, espera a maioria dos brasileiros, embora a outra quase metade dos nacionais parece desejar a continuidade de tais perspectivas e parte desta vai além, insistindo em uma convocação aos militares para reestabelecerem a ditadura no país.

Sem apoios internos e externos suficientes para o projeto da extrema direita neofascista, Bolsonaro, presidente encerrando o mandato e líder dessa corrente, optou pelo silêncio e declarações ambíguas, enquanto seus apoiadores mais radicais se mobilizaram em bloqueios de estradas estaduais, rodovias federais, ruas e avenidas em pontos estratégicos das cidades, chegando a realizarem atos abertamente terroristas, como a tentativa de assalto à sede da Polícia Federal em Brasília, seguida de depredações de prédios e incêndios de carros e ônibus na capital da República. Reagiam à prisão de um mobilizador dos golpistas, ordenada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

O ano se aproxima do fim e a expectativa antidemocrática arrefece à medida em que endurecem as ações e medidas do TSE contra os prováveis financiadores e mobilizados dos atos pró-ditadura.

Até o réveillon o que de fato se espera no mundo político é a posse do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, para iniciar um terceiro mandato, ainda que surjam novas ações extremistas e sem o ato que simboliza a alternância de poder nas democracias consolidadas, onde o presidente que sai entrega a faixa presidencial ao eleito no momento da sua posse no cargo.

Enquanto, acompanhamos os fatos políticos e sociais mais relevantes vem a luz esta edição dos Cadernos, quase simultaneamente à publicação do Qualis dos periódicos científicos pela CAPES, registrando a nossa revista em A4 e dando ânimo para seguirmos trabalhando para melhorá-la a cada ano. Comemorando o retorno à perspectiva democrática e a manutenção dos Cadernos do Ceas no Qualis A, brindamos aos nossos leitores com a qualidade dos textos aqui publicados.



Nesse sentido, abre esta edição a nossa colaboradora Anete B. L. Ivo, *Fellow do Comparative Research Programme on Poverty do International Science Council* (2014-2019) na *University of Bergen* - Noruega, com uma ampla análise sociohistórica dos ciclos de políticas sociais no Brasil, desde a década de noventa, expondo uma assimetria entre o projeto de democratização interno e o acesso aos direitos sociais, decorrentes das pressões externas do ajuste fiscal imposto pelo capital financeiro. Aponta a relevância das políticas sociais do período 2003-2015, para na sequência avaliar o movimento de desconstrução do estado social, no contexto de uma crise institucional e política sem precedentes, em favor do neoliberalismo ultrarradical, que se seguiu ao golpe institucional de 2016.

Em **"A construção histórica do 'excedente' de trabalhadores e a institucionalidade das políticas sociais no Brasil"**, Ivo traz ainda uma ampla abordagem da constituição histórica da ideologia colonial desqualificadora do trabalho e dos homens livres. A autora, convincentemente, mostra a continuidade da desproteção e exclusão da maioria dos trabalhadores na nossa história, duplamente dispensados, tanto do processo produtivo quanto da proteção social. Desse modo, recompõe as condições históricas de iniquidade da estrutura social brasileira, afinal chegamos na década de 1930 mantendo a descoberto da seguridade social a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, chamada de contingente de trabalhadores informais. Se a Constituição de 1988, deu início a necessária correção de rumos em termos de seguridade social, o texto mostra como o ajuste fiscal preconizado pela hegemonia financeira compromete as políticas públicas, agravando "a vulnerabilidade social das famílias trabalhadoras por um processo de remercantilização dos bens públicos, em favor do mercado". E mais, como este processo compromete os fundamentos democráticos e redistributivos assentados em valores de justiça e "bem-estar social" e direitos universais da cidadania preconizados constitucionalmente.

Logo em seguida, os pesquisadores do **CESIT** (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho)/IE/UNICAMP, José Dari Krein, Marcelo Manzano e Marilane Teixeira discutem as incontornáveis transformações que a crise da pandemia de covid-19 impuseram ao mundo do trabalho em geral e em particular no Brasil, marcado justamente pela persistência do excedente estrutural de força de trabalho, cuja formação história e as consequências das contrarreformas sociais recentes abordou o texto anterior.

O artigo **"Trabalho no Brasil: desafios e perspectivas"** começa com a apresentação das características estruturais do mercado de trabalho e uma breve análise da dinâmica das

ocupações no período mais recente. O Brasil, diferentemente de outros países centrais, não conseguiu incorporar no sistema de direitos e proteção formal a maioria dos ocupados, apesar de avanços expressivos do assalariamento formal, durante o forte crescimento econômico dos anos 1940 - 1980, observam os autores. Todavia, os problemas estruturais e históricos do mercado de trabalho brasileiro vêm sendo reafirmados e agravados com as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, ressaltam.

Os autores observam, que apesar de uma melhora dos indicadores do mercado de trabalho, entre 2004 e 2014, quando reduziu o desemprego e avançou o assalariamento formal, elevando a renda dos trabalhadores, a crise de 2015 e 2016, adicionada às reformas trabalhistas e do sistema de proteção social, apontam para um grande retrocesso econômico, social e político no país.

Os autores, além das dificuldades mencionadas, delineiam os caminhos e algumas diretrizes programáticas, não propriamente para a superação da atual crise do trabalho no Brasil, mas, sobretudo para fomentar uma necessária reflexão a respeito do próprio sentido e configuração do trabalho no contexto histórico atual, carregado de tensões e contradições.

Consideram os autores que o desafio atual exigirá uma ação pública, que vai para muito além de garantir a volta do crescimento econômico e revogação das reformas liberalizantes. Defendem um esforço político e social similar ao que a humanidade enfrentou para resolver o problema do emprego, após o colapso da ordem liberal do começo do século XX. No século XXI, porém, o caminho trilhado segue na direção contrária, sob a hegemonia do neoliberalismo. Amplia-se as jornadas de trabalho, reintroduz-se contratos mais precários, reduz-se direitos, reforça-se a desproteção social e a maior vulnerabilidade para submeter o trabalho às condições desejadas pelo mercado. A nova solução que aparece é a instituição de renda básica universal para os excluídos. Um avanço, mas totalmente insuficiente para enfrentar os problemas estruturais do excedente e que não oferece às pessoas uma perspectiva de realização humana. Para os autores, sem desconsiderar que ocorreram profundas mudanças na forma de produção de bens e serviços no século XXI, registrando que o processo de acumulação capitalista cria um volume cada vez menor de empregos, o Trabalho segue ocupando a centralidade na vida social.

Na sequência, a edição passa a refletir a subjetividade dos valores sociais esposados pelo bolsonarismo, a partir de uma análise do discurso em diálogo com a abordagem psicanalítica.

Em **“Bolsonarismo como linguagem da destruição: uma conversa sobre o mal-estar civilizatório no Brasil recente”**, Marco T. de Urzêda-Freitas e Letícia L. Vieira, ambos da Universidade Federal de Goiás (UFG), mobilizam algumas inquietações sobre o mal-estar que permeia o Brasil recente.

Autor e autora se propuseram nesta escrita-conversa a esboçarem uma compreensão da crise civilizatória revelada e potencializada pela trajetória política e pelo governo de Jair Bolsonaro, que como dizem, nunca se absteve de manifestar apreço por práticas autoritárias e violentas. Os autores (as), todavia, buscam outra direção analítica, cujo objeto do texto logo evidencia: “o que levou – e tem levado – milhares de brasileiros a legitimar esse projeto ancorado em uma linguagem da destruição?”

Dialogando de modo escrito, os autores(as) fazem uma ampla discursão dos fundamentos psicanalíticos e da linguagem bolsonarista, expondo à luz do pensamento freudiano e de referências linguísticas, toda a complexidade política desse projeto político.

Formatado como uma “escrita-conversa” colaborativa, o texto entrecruza vários repertórios, de vivências, de mídia e de formulações acadêmicas adequadas, ainda que no diálogo escrito se perceba a ausência dos aspectos materiais que dão substrato às ações discursivas e à sustentação política do projeto da extrema direita no Brasil. O fato da escrita se ater a processos e fatos ocorridos até 2021 em nada retira a atualidade e relevância do texto.

Para os autores (as), o mito Bolsonaro é um terrível personagem que desperta identificações. Partindo de Freud, consideram o personagem eleito à presidência e o mito exemplo consistente de um determinado grupo social, que autorizam a este grupo externalizar o seu instinto de morte. Desse modo, muitos brasileiros passaram a performar livremente o discurso e o desejo de destruição, desejo que liga, através da identificação, tal grupo ao mito destruidor.

Ao destacarem a condição de desamparo do sujeito e o potencial destrutivo da linguagem como questões cruciais para se compreender a performance do bolsonarismo no Brasil contemporâneo, os autores(as) argumentam, dialeticamente, em favor da afirmação do “desamparo como força produtiva para uma (re)elaboração crítica da complexa e trágica” realidade social do país.

A esta altura, a edição cambia de tema para retomar o objeto da edição anterior dos Cadernos do Ceas (n. 255), *China: transformações, impacto globais e controvérsias*, mas

enfocando a dinâmica histórica das relações entre os chineses e os Estados Unidos da América, entre os anos de 1970 e o presente.

Em **“Relação China - EUA à luz do desenvolvimento a convite”**, Matheus de Freitas Cecílio (UFRJ - PEPI/IE), partindo da noção de “desenvolvimento a convite” como um eixo explicativo para as relações econômicas estabelecidas entre os Estados Unidos e alguns seletos países no período pós-Segunda Guerra Mundial, analisa o caso específico da China.

Inspirada em Geovane Arrighi, dentre outros, esta noção está baseada na facilitação, pelos EUA, da restrição externa para alguns países, facilitando seus processos de substituição de importações, industrialização e progresso técnico. Os “convidados” normalmente tinham suas exportações promovidas no mercado americano, o que gerava divisas em moeda forte e aliviava a pressão externa sobre seus Estados, facilitando o desenvolvimento e a mudança estrutural. Que os países convidados, europeus e asiáticos, estavam firmemente localizados sob o guarda-chuva geopolítico de Washington, como se sabe, era a regra. A exceção foi a China.

O artigo, nessa direção, procura entender as razões da inclusão de uma potência formalmente socialista no arranjo geopolítico e econômico do império estadunidense, entendendo que o convite americano à China representou uma espécie de “sacrifício” de Washington em face às disputas com o bloco soviético. Mas não sem grandes benefícios. Para os EUA, “o rápido declínio soviético ao fim da década de 80 parece confirmar a aposta” dos seus estrategistas. Afinal, a incrivelmente unilateral década de 1990 para os norte-americanos só foi possível em razão da vitória sobre a União Soviética.

Em seguida, o autor busca avaliar o desenvolvimento das relações geoeconômicas nos cinquenta anos que se passaram desde a intensificação da cooperação entre Estados Unidos e a China e as atuais tensões comerciais e tecnológicas, discutindo o que considera a “herança do convite”. Ademais, a partir de distintas visões, aborda os desdobramentos sociohistóricos dessa relação, levantando algumas questões relativas ao desenvolvimento chinês e, em especial, às relações triangulares entre China, Rússia e Estados Unidos.

O artigo que segue, analisa os empreendimentos solidários no Brasil. Patrícia Carvalho Vieira e Cristina Parente, pesquisadoras da Universidade do Porto, Portugal, em **“A política dos centros públicos de economia solidária da Bahia”**, defendem que a assistência técnica, ademais de um direito a ser assegurado, é condição essencial para criar as condições de manutenção e reprodução desses empreendimentos. Para as autoras, a economia

solidária e seus empreendimentos representam uma das faces da desigualdade social e operam com limitações técnicas e materiais que se refletem na forma de produzir, gerir e comercializar.

Essa condição estrutural da economia solidária requer uma política pública adequada a fim de promover a sua sustentabilidade, promovendo assessoria técnica adequada de modo permanente.

Tomando como objeto de pesquisa os centros públicos de economia solidária (CESOL) da Bahia, o artigo busca compreender os objetivos destes Centros e como as suas ações se desenvolvem na prática de promoção da sustentabilidade dos empreendimentos. Concluem que a assessoria dos CESOL fomenta articulações institucionais e políticas nos territórios e favorece, através de uma metodologia apropriada de assistência técnica socioproductiva, a sustentabilidade dos empreendimentos solidários. No entanto, apontam fatores limitantes de ordem institucional e política, que diminuem a amplitude e o alcance das ações desenvolvidas.

Na sequência, Paulo Cezar Martins Pinto (UCSal), em **“Neoliberalismo versus estado social: a insurgência dos novos movimentos sociais e os desafios para a contra hegemonia”**, discute algumas questões da agenda neoliberal a partir do desmonte do estado social e sua repercussão na sociedade salarial.

O autor também aborda a emergência dos novos movimentos sociais, atores que considera terem renovado a atuação política na democracia liberal, ressaltando a importância dos novos arranjos de participação que vêm emergindo com uma nova institucionalização estatal. O artigo situa as políticas públicas de garantia dos direitos sociais e como esses direitos têm sofrido com a nova ordem internacional, marcada pelo modelo capitalista de acumulação flexível.

Paulo Cezar Pinto entende que a articulação dos novos movimentos sociais com postura contra hegemônica, em linha com novos arranjos de participação política, podem ser canais para viabilizar novas políticas intersetoriais, com potencial para conter o desmonte do que ainda resta do estado social brasileiro.

Esta edição traz ainda o artigo de Daniely da Silva Dias Vilela, Cristina Maria de Souza Brito Dias e Cirlene Francisca Sales Silva, pesquisadoras vinculadas ao PPG de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Em **“Mulheres idosas encarceradas em uma penitenciária do Estado de Pernambuco”**, as autoras apresentam as

características biosociodemográficas de mulheres idosas encarceradas em uma penitenciária do Estado de Pernambuco. Estas prisioneiras cometeram crimes pela primeira vez, são portanto primárias.

A análise parte do pressuposto que o avanço da expectativa de vida no Brasil representa uma revolução, a 'Revolução da Longevidade'. Com isso, altera-se também o perfil de idade das pessoas em conflito com a lei, inclusive as mulheres. Assim, a pesquisa identifica a faixa etária entre 60 e 71 anos em condições de cárcere feminino.

A maioria delas são de cor parda, evangélicas, com ensino fundamental, solteiras ou divorciadas, pensionistas ou aposentadas, com renda de um salário-mínimo, condenadas pelo crime de tráfico de drogas, homicídio tentado e estelionato.

No cárcere, as idosas apresentam difíceis condições de saúde, com hipertensão, diabetes, problemas de coluna, queixas de memória, entre outros. O fato do sexo feminino ser minoria entre os idosos encarcerados acaba por dificultar a garantia de seus direitos, posto que não são priorizadas pelas ações das instituições responsáveis. Essa situação acaba repercutindo sobre a saúde dessas pessoas.

A análise dessas características indica que o contexto periférico e de aprofundamento da pobreza provocado, em geral, por limitações nas oportunidades educacionais e laborais operam como facilitadores para o ingresso na vida de crimes, e, particularmente para as mulheres idosas, têm condicionado o ingresso no tráfico de drogas. Como consequência, o encarceramento feminino inviabiliza a saída dessa condição social, bem como aumenta a exposição ao conflito e a violência.

Como a maioria delas são mães, avós e as principais responsáveis pela criação dos filhos e netos, o encarceramento feminino atinge a família como o todo. Desse modo, o encarceramento na velhice produz consequências intergeracionais de reprodução da pobreza e se constitui em um tema a demandar maior atenção da sociedade e do Estado.

Por fim, esta edição traz a contribuição de Amilton Alves de Souza, Antonio Amorim (Universidade Federal da Bahia - UFBA) e Neide Maria Ferreira Lopes (Universidade do Estado da Bahia - UNEB), pesquisadores(as) do campo da Educação e Difusão do Conhecimento. Em **"Um diálogo outro na formação dos professores: experiências, subjetividades, interfaces e mediações"**, os autores(as) propõem analisar de que maneira as "experiências de si" contribuem na formação docente continuada dos professores. O

problema da investigação parte da questão: como pensar a formação docente continuada, a partir da experiência de si?

Discorrendo a partir desta problemática, os autores procuram identificar as percepções docentes sobre as experiências de si, sobre a subjetividade e buscam perceber que tipos de experiências são construídas na sala de aula a partir das interfaces com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para refletirem epistemologicamente sobre os aspectos mencionados e sobre as experiências da escola na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As informações coletadas na pesquisa estão organizadas em tabelas e nas falas descritas dos sujeitos, o que abre novas possibilidades para o tema da formação continuada e imprimir outros sentidos às aprendizagens e saberes a partir da prática docente.

Desse modo, através da contribuição de pesquisadores de diversas instituições acadêmicas nacionais, esta edição dos Cadernos pretende avançar na reflexão crítica de aspectos significativamente relevantes do contexto nacional recente, também abordando em continuidade à edição anterior a história da maior encruzilhada geopolítica do século XXI, que opõem os EUA e a China.

Que 2022 chegue ao fim menos pesado que o seu percurso até aqui. De todo modo, já nos livramos do abismo antidemocrático. Oxalá toda ameaça antidemocrática seja enterrada com o ano prestes a findar.

Dezembro de 2022.

| Joaci de S. Cunha
| Ângela Borges
| Mariano Vicente
Editores.